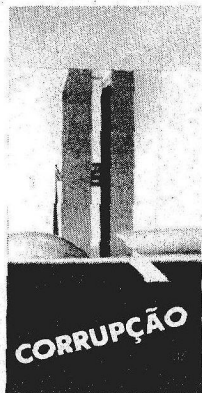


Comissão leva a Itamar plano para desencadear operação “mãos limpas”

Raimundo Paccó



A operação “mãos limpas” nos Três Poderes começará a ser delineada hoje, na reunião da Comissão contra a Impunidade, que acontecerá às 10h00 no Supremo Tribunal Federal. Dis-

posto a ampliar para o Executivo as investigações em cima da rede de corrupção que manipula as contas do Governo, o presidente Itamar Franco receberá a comissão no Palácio do Planalto, em seguida. A intenção do Presidente é estimular uma consciência na cúpula dos Três Poderes sobre a necessidade de engrenar, no Brasil, um processo semelhante ao italiano, que colocou na prisão políticos e empresários poderosos.

Esta será a quinta reunião da comissão, que até hoje dinamizou a aprovação de algumas leis alterando o Código de Processo Penal e leis orgânicas do Ministério Público, TCU e Advocacia Geral da União. O líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), integrante da comissão, apresentará hoje uma relação de 37 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, que propõem desde mudanças no Código Penal a disposição de novas normas para licitações públicas.

Ceticismo — “É preciso um esforço para que se avance no combate à corrupção. Há, nesse sentido, uma predisposição do Legislativo e Executivo em punir os responsáveis pela corrupção”, disse o líder Pedro Simon. Entretanto, ele destacou a necessidade de profundas modificações na legislação para coibir a manipulação das contas públicas.

Autor de uma proposta semelhante à defendida pelo senador Pedro Simon, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) acha que a operação engrenada pela cúpula dos Três Poderes deve ser controlada por setores “reconhecidamente respeitados” da sociedade organizada. Para o jurista e senador, o poder Judiciário brasileiro não teria iniciativa para controlar uma operação “mãos limpas” no País. A devassa na corrupção, considerada por ele “institucional”, deve começar pelo sistema financeiro brasileiro e passar pela investigação nos trabalhos do Tribunal de Contas da União, cujo presidente integra a Comissão contra a Impunidade. Ela é presidida pelo representante do Judiciário, o presidente do Supremo, Octávio Gallotti.



Simon: mudanças na lei para coibir manipulação de conta pública

610